

A OPINIÃO PÚBLICA A RESPEITO DA GREVE GERAL DE 1917: MÚLTIPLAS VISÕES SOBRE OS ACONTECIMENTOS EM SÃO PAULO EXPOSTOS NAS PÁGINAS DO JORNAL A PLEBE

PUBLIC OPINION ON THE 1917 GENERAL STRIKE: MULTIPLE VIEWS ON THE EVENTS IN SÃO PAULO PRESENTED IN THE PAGES OF THE NEWSPAPER A PLEBE

Matheus Barrientos Ferreira

Graduado em História - Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Mestre em História Social - Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutorando em História Política - Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Resumo: A presente escrita tem por finalidade o estudo a respeito das opiniões e visões expostas nas páginas do jornal anarquista *A Plebe* (1917-1951) a respeito sobre os acontecimentos que constituíram a paralisação de múltiplos sistemas fabris na cidade de São Paulo no ano de 1917, conhecido dentro da história como, Greve Geral de 1917. Dentro do recorte temporal de 1917, busco compreender as ações que o jornal anarquista buscou para constituir o imaginário social, buscando a representatividade perante as ações e pensamentos que compunham a classe operária. O processo historiográfico em decorrência dos novos estudos dentro da História Política, proporcionaram o crescimento de áreas antes renegadas, ou, não apontadas com grau de importância dentro da construção em questão. Deste modo, fatos como a opinião pública, impressos, movimento sociais, dentre outros, passaram a incrementar ainda mais os estudos históricos, além de proporcionar novas perspectivas. Por fim, pretendo através do estudo compreender as manifestações da opinião pública expressados nas páginas do jornal, como o envolvimento dos indivíduos.

Palavras-chave: Opinião Pública; Anarquismo; Greve Geral; São Paulo.

Abstract: The purpose of this article is to study the opinions and views expressed in the pages of the anarchist newspaper *A Plebe* (1917-1951) about the events that led to the stoppage of multiple factory systems in the city of São Paulo in 1917, known in history as the General Strike of 1917. Within the time frame of 1917, I seek to understand the actions that the anarchist newspaper sought to constitute the social imaginary, seeking representativeness in relation to the actions and thoughts that made up the working class. The historiographical process, a result of new studies in Political History, has led to the growth of areas that were previously neglected, or not considered important within the construction in question. In this way, facts such as public opinion, printed matter, social movements, among others, have further enhanced historical studies, as well as providing new perspectives. Finally, through this study I intend to understand the manifestations of public opinion expressed in the pages of the newspaper, as well as the involvement of individuals.

Keywords: Public Opinion; Anarchism; General Strike; São Paulo.

INTRODUÇÃO

A opinião pública tem se apresentado dentro dos novos estudos a respeito da Nova História Política, como importante elemento de compreensão dos fatos vistos de baixo. Jean-Jacques Becker (2003) explica, “Preocupar-se com a opinião pública não é uma idéia nova.” (Rémond, 2003, p. 185), explica o autor que opinião pública e os acontecimentos históricos estão entrelaçados, ambos interferem diretamente em sua difusão e desenvolvimento. Estudar os fatos históricos sem compreender os pensamentos e visões que estão inseridos na sociedade, significa dizer que 100% daqueles que viveram os acontecimentos concordavam plenamente com todas as suas ações e consequências.

O autor ainda caracteriza com ambiguidade o trabalho dos historiadores políticos no passado, a falta de disposição para o compreender e desenvolver dos estudos a respeito da opinião pública se justificava por muitas vezes pela escassez de documentação para a compreensão do real comportamento das populações diante dos fatos. Deste modo, o seguimento histórico segundo ainda o pensamento, entrou em descrédito dentro da construção historiográfica.

Pierre Bourdieu (1980), atribui outro significado a opinião pública, como fator político, “Impor a ilusão de que existe uma opinião pública.” (Bourdieu, 1980, p. 3), a falsa impressão caracterizada pelo autor, remete a somatória de opiniões individuais que são atribuídas ao total de contingente populacional. Ao longo da construção histórica, por muitas vezes o objeto da opinião pública fora utilizado por diferentes sistemas de governos para haver a manipulação, assim como, falsa ilusão de uma verdade.

O pensamento do autor, me remete a uma problemática essencial para aquele que estuda a opinião pública, os perigos implicados nas apresentações de seus dados sejam eles numéricos, ou, textuais. Giovana Olicshevis (2006), destaca dois fatores muito importantes na constituição da visão dos indivíduos sobre os fatos, fatores sociais e psicológicos, ou seja, não que a opinião pública a todo momento sofra manipulação em sua essência, mas sim, ela está a mercê de fatores que a faz nascer já com elementos pré-estabelecidos.

Complementa a autora, “Opinião pública não é a soma das opiniões do público em geral, muito menos a confluências das mesmas.” (Olicshevis, 2006, p. 94), a múltipla constituição da sociedade faz com que não haja um consenso público a respeito de algo que envolve seu viver em sociedade, assim, aqueles grupos que detém o acesso aos meios midiáticos conseguem expor e disseminar a um grande grupo social visões que em seu seio se comportam como corretas.

A opinião pública não é sólida e muito menos coberta de verdade, muito fácil manipulada, se cria através de desdobramentos que atingem diretamente um grande, ou, pequeno grupo social, proporcionando implicações que fazem com que as visões sociais a respeito de tais acontecimentos estejam em constante variação. Suas consequências atingem principalmente a política e seus respectivos governos. Desta forma, a opinião pública se apresenta dentro da constituição da política nacional como importante fator que pode desde eleger um indivíduo, até mesmo fazê-lo perder o cargo público. Como bem explica Jürgen Habermas (1987), “O Estado moderno põe como princípio da sua própria verdade a soberania popular, e essa por seu turno deve ser a opinião pública.” (Habermas, 1987, p. 188).

Deste modo, através da perspectiva até aqui exposta, se forja o objetivo central do respectivo estudo, analisar as formas como fora exposto nas páginas do jornal anarquista, *A Plebe* (1917-1951) as visões que segundo esse transmitia as opiniões dos operários envolvidos nas paralisações que ocorreram no ano de 1917. Do modo, que pretendo abordar não somente as visões anarquistas e sua intitulação como detentora da verdade, mas, assim como, demonstrar as contradições que envolveram sua escrita.

Os fatos que ocorreram nas ruas da cidade de São Paulo durante a segunda metade do ano de 1917, proporcionaram fortes oscilações nas opiniões dos indivíduos sobre os acontecimentos que marcavam uma das maiores paralisações industriais do país. Deste modo, o jornal como porta-voz do movimento anarquista dentro da cidade, coube a missão de transformar/manipular as opiniões dos operários a respeito das causas e lutas que se estendiam.

A opinião pública é instável, maleável, e por muitas vezes manipuladas dentro dos aspectos que as rodeiam, assim como, os interesses que sustentam sua construção. Pensar em opinião pública muitas vezes nos remete a expressão do olhar de um indivíduo em particular, mas na verdade não é esse o propósito da escrita deste artigo, mas sim, o compreender as ferramentas utilizadas pelos veículos de informações para que haja a alternância e o moldar das opiniões dos trabalhadores em relação aos acontecimentos.

Afinal, mesmo sendo um movimento destinado a causa operária, no qual seus objetivos estavam estreitamente entrelaçados com os direitos trabalhistas e as melhoras das condições de vida, muitos operários em primeiro momento não aderiram as paralisações, e, alguns grupos até mesmo se posicionaram contrários aos acontecimentos. Coube então ao jornal proporcionar a mudança necessária, para atraíssem novos adeptos a causa, assim como, direcionassem a opinião pública a favor dos operários e o movimento grevista.

O ESTABELECECER DAS RELAÇÕES QUE MOLDARAM A OPINIÃO PÚBLICA DENTRO DO MOVIMENTO GREVISTA DE 1917

A cidade de São Paulo no fim da década de 1910, era uma cidade em pleno desenvolvimento, novas indústrias surgiam em seu interior, empregando boa parte da população que residia no município. Segundo o IBGE a cidade de São Paulo no ano de 1917 contava com um contingente populacional de aproximadamente 400.000 mil habitantes, em relação ao montante total do território nacional, o Brasil contava com números aproximados de 30.000.000 milhões de habitantes.

Ana Paula Moreli Tauhyl e Márcia Lika Hattori (2020) explicam que as primeiras décadas do século XX para o município representou grande avanço principalmente na rede urbana, no qual antigas construções passaram a dar lugar a modernos edifícios para a época, o importante projeto modernizador implementado fora inspirado nas capitais europeias. Ainda a autora explica que o processo de modernização não se fez presente em áreas importantes como nas questões trabalhistas, “Se a cidade de São Paulo vera cenário das transformações na modernidade, o mesmo não se dava com seu cenário trabalhista.” (Moreli Tauhyl; Lika Hattori, 2020, p. 9).

Deste modo, juntamente com o fator de modernização, a cidade também contou com a intensa chegada de novos habitantes oriundos de países ao redor do globo – Espanha; Itália; Portugal; Japão – esses que fomentaram a oferta de mão de obra para o aumento e desenvolvimento da produção industrial local. Segundo os dados apresentados por Rodolpho Telarolli Junior (1996) grande contingente populacional chegou ao Estado de São Paulo através do Porto de Santos, números esses superiores a 400.000 mil imigrantes na década de 1910, no qual uma parcela considerável permaneceu na capital, enquanto a grande maioria migrou para as regiões interioranas.

Percebe-se então a constituição do cenário múltiplo e diverso que passou a representar a realidade vivida dentro do município. A descrição exposta me leva então a uma das primeiras problemáticas pertinentes dentro da constituição da opinião pública em uma sociedade diversificada como se apresentava São Paulo, o contraste de visões, culturas, intelectualidades e ensinamentos, que foram constituídas no bojo social, assim como, desembarcaram no Brasil na *bagagem* dos imigrantes. Becker (2003) define então 2 premissas para podermos compreender o nascer do objeto, “A primeira era constituída pelo costume, os hábitos, os usos, era o resultado das tradições, das estruturas da sociedade, da formação moral e intelectual. A segunda forma, [...] a reação da opinião diante do acontecimento.” (Rémond, 2003, p. 188).

Eric Hobsbawm (2022), explica que redes de costumes são criadas para que haja o melhor conviver entre os cidadãos, partindo da premissa de troca de culturas, havendo o que caracterizo como grande miscigenação cultural, porém, ainda o autor descreve que alguns grupos sociais e indivíduos se rebelam descontentes com o processo em questão, e resistem ao manter seus costumes.

Surge a semente da divisão de olhares e opiniões sobre os fatos que aconteciam na cidade, muito pelo preconceito que passou a se fazer presentes na construção das relações sociais. Como explica Amir El Hakim de Paula (2012) o viver desses trabalhadores (imigrantes), “Além das humilhações de que eram vítimas nas fábricas, os operários sofriam os mais diversos preconceitos quando se utilizavam dos bondes.” (Paula, 2012, p. 238), caracterizados por integrantes da elite local como, *segunda classe, insolentes, vadios, marginalizados*.

A classe operária da capital paulista em grande número era constituída por imigrantes, como já relatado sobre esse adentro no país, muito além da disponibilidade de mão de obra, os imigrantes passaram a interferir na própria disposição urbanística da cidade, novos bairros muitos ocupados em suma por esses cidadãos surgiram no mapa do município, assim como, se apresenta imponente a sua contribuição cultural.

Percebe-se a construção da disposição cultural, social, habitacional, mas principalmente a caracterização dos reprimidos e repressores, ressalva Heloisa de Faria Cruz (2013), “Assim, é possível propor que a vida coletiva e a invenção das tradições que redefiniram o viver urbano no período tiveram também, nessas associações informais de natureza variada, um espaço importante de articulação.” (Cruz, 2013, p. 46). Fundamental no arrebanhar de opiniões que comungavam dos mesmos olhares, porém, também a dificuldade encontrada pelo movimento anarquista através das páginas do *A Plebe*, na resistência operária em não conseguir se ver como reprimidos.

Importante deixar explícito que o movimento no qual originou as paralisações de 1917 não se forjaram exatamente no respectivo ano, ações conjuntas e isoladas de outros movimentos ideológicos já vinham organizando os operários e inclinando a construção da opinião pública favorável para que houvesse o que conhecemos por luta de classes – as greves de 1907 são expressões dessa organização – já em 1914 os partidários comunistas organizavam a classe operária para que houvesse a compreensão de sua realidade e direitos, explica Biondi e Toledo (2018) “Em agosto de 1914, os socialistas de São Paulo iniciaram a organização de um movimento de opinião pública, estruturado por associações, para pressionar o governo municipal e estadual.” (Biondi; Toledo, 2018, p. 47).

Vale destacar que nas semanas do mês de junho, anterior ao início do período das paralisações das indústrias na cidade de São Paulo, havia muitos grupos de operários que não tinham aderidos as paralisações, e, outros que através de negociações diretas conseguiram breves melhorias perante suas condições de trabalho. Desta forma, importante parcela de trabalhadores que compunham o sistema fabril da capital não estava ligados ao movimento anarquista, luta operária, do mesmo modo como não concordavam com as pautas ideológicas.

O *A Plebe* já buscava através de argumentos pautados nas realidades distintas dos operários, assim como, expondo a visão dos ditos agentes da burguesia – cito como exemplo o jornal *O Estado de São Paulo* – a criação da consciência de classe através do transformar dos olhares e opiniões dos operários em relação ao anarquismo. Deste modo, o jornal buscou traduzir a realidade, “Em S. Paulo, como em toda a superfície da terra, só ganha dinheiro quem não trabalha. O trabalhador industrial ou rural recebe apenas, em dinheiro, a ração alimentícia que lhe mantenha mais ou menos as forças, ração alimentícia muito inferior á que os patrões.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 1, p. 1).

Edgard Leuenroth, “E quando comece a lucta, Quando explodir a tormenta, A sociedade corrupta, Execravel e violenta, Iniqua, vil, criminosa, Ha de cair aos pedaços, Ha de voar em estilhaços, Numa ruina espantosa.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 1, p. 1). Percebe-se através dos trechos expostos acima que as lideranças do movimento buscaram desconstruir e reconstruir a opinião pública dos operários perante o movimento grevista e suas consequências através de discursos fortes pautados na simplicidade do traduzir a realidade de miséria e sofrimento vivida por ampla maioria dos trabalhadores da cidade. Com objetivo de receber/alcançar a legalidade representativa.

Segundo Luigi Biondi, “As greves e protestos de agosto de 1917 tiveram características deste tipo: grande mobilização das mulheres ou famílias operárias.” (Biondi, 2009, p. 269), o importante fato descrito pelo autor, aponta as primeiras mudanças na relação constituída por anarquistas e operários, representando a introdução das pautas e pensamentos anarquistas no bojo de muitas famílias operárias, principalmente através das gerações mais jovens que passaram a frequentar as escolas ligadas ao movimento e seus encontros, levando assim os seus dizeres para as conversas e reflexões dentro dos lares operários, o que caracterizo como formulação de opiniões *públicas* familiares, o princípio da construção do pensar social amplo.

Em 9 de julho de 1917 chegava as ruas um dos principais movimento grevista dentro do século XX, com mais de 50.000 mil trabalhadores que aderiram as paralisações segundo Moreli

Tauhyl e Lika Hattori (2020), a greve perdurou de forma direta por 30 dias. Outros veículos de informações como o jornal, *O Estado de São Paulo* (1875-) – conservador e ligado a burguesia local – trouxe em suas páginas no dia 13 de julho do respectivo ano, aproximadamente 25.000 mil trabalhadores que aderiram as paralisações nas ruas da cidade.

Entretanto, o período de julho a agosto como apontado por muitos autores ao definirem os eventos dentro desse recorte temporal, identifico como errôneo, já que as organizações para que houvesse a interrupção da produção fabril na cidade começaram semanas antes, assim como, suas consequências foram ativas posteriormente ao fim do período determinado.

Caracterizo a Greve Geral de 1917 ocorridas na cidade de São Paulo dentro de um período mais extenso indo de junho até setembro do mesmo ano, para que consiga aquele que estuda os fatos então compreender as causas, o momento e suas consequências. Mas, justifico o recorte temporal apontado anteriormente através da continuação de algumas paralisações que aconteceram no patamar de negociações ao longo do mês de agosto. Deste modo, enquanto não há a solução das pautas levantadas pelo movimento e fábricas paralisadas, há greve.

Segundo Florentino de Carvalho através de sua escrita nas páginas do *A Plebe*, relata o movimento grevista sendo uma obra justiceira dos operários, “O operariado realiza, portanto, uma obra justiceira conquistando pela greve ou outros meios de ação directa tudo quanto lhe é extorquido, roubado legal ou ilegalmente.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 5, p. 1). Entre os meses de junho e julho que antecederam os acontecimentos, houve o rebaixamento dos soldos dos trabalhadores – cito como exemplo as indústrias Crespi – além da própria exploração que avançava principalmente sobre o trabalho feminino e infantil, como bem explica Clayton Peron Franco de Godoy (2017).

Outro importante fator destacado pelo autor, fora a repressão imposta aos movimentos que começavam a se organizar para promoverem a defesa dos direitos trabalhistas e a integridade dos trabalhadores, perante os ambientes insalubres proporcionados na execução de suas tarefas dentro dos sistemas fabris.

A existência da representatividade trabalhista era regulamentada por lei desde 1907, como segundo condiz nas escrituras do Decreto n. 1.637:

Art. 1º E’ facultado aos profissionais de profissões similares ou conexas, inclusive as profissões liberais, organizarem entre si sindicatos, tendo por fim o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais de seus membros.¹

Entretanto, a mesma liberdade que se permitia no Artigo 1, para que houvesse a organização e representação operária frente aos desejos e pensamentos dos trabalhadores, era impedida de criar raiz para questionarem aqueles que exploravam a classe operária, como pode-se perceber nos dizeres do Artigo 8, proibindo qualquer afronte e o gerar de conflitos entre patrões e empregados:

1. BRASIL. Decreto Lei. Decreto n. 1.637 – República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, [05/01/1907]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html> - Acesso em: 17/10/2024

Art. 8º Os sindicatos que se constituírem com o espírito de harmonia entre patrões e operários, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a dirimir as divergências e contestações entre o capital e o trabalho, serão considerados como representantes legais da classe integral dos homens do trabalho e, como tais, poderão ser consultados em todos os assumptos da profissão.²

Como bem explica Godoy (2017), a finalidade para qual estava empregada as ações do Estado em relação ao processo de existência e controle dos sindicatos, era a construção de uma classe trabalhadora subordinada aos propósitos impostos pela elite, com a tentativa de inibir as ações políticas no bojo das organizações operárias. Percebe-se a introdução, ou, melhor dizendo, a tentativa de manipular a opinião pública dos operários através da sua inexistência, e, concordância com os pensamentos que se propagavam no seio da burguesia governadora.

Ao mesmo ponto que em contra partida as tentativas de anular a produção de opiniões que se contrapõem aos poderes da burguesia, o movimento anarquista que liderava as ações iniciais, também buscou demonstrar para os trabalhadores a sua verdadeira realidade, para que assim forjassem pensamentos *rebeldes* contra aqueles que exploravam, como descreve Eça de Queiroz nas páginas do jornal, “E um povo chora de fome, e da fome dos seus pequeninos – para que os Jacynthos, em janeiro, debiquem, bocejando, sobre pratos de Saxe, morangos gelados em champagne e avivados d’um fio de ether!” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 5, p. 1).

Liliane Maria Macedo Machado e Fernando Figueiredo Strongen (2016), seguindo o pensamento dos pesquisadores estadunidenses Maxwell McCombs e Donald Shaw, descreve, “Segundo a qual os meios de comunicação de massa teriam a capacidade de influenciar a opinião pública sobre quais são os temas relevantes em dado momento.” (Machado, Strongen, 2016, p. 80). Isso me apresenta uma segunda questão dentro da abordagem sobre a opinião pública, o olhar, pensamento, opinião do jornal se torna o norteador para os operários? Essa questão pode ser respondida em um primeiro momento com o atributo do poder da verdade a qual é designado em seu existir.

Muito além do poder de veracidade atribuído aos meios de comunicação de massa pelo público leitor de suas páginas, o seu alcance crescente dentro de diferentes grupos e em pontos distintos do território em que reside, juntamente com os novos meios utilizados para estabelecer as pontes de diálogos com seus leitores – linguagem simples, iconografia, textos breves e assuntos pautados nos acontecimentos do agora para a datação de sua publicação – faz com que se construa essa verdade dentro do imaginário social. Do modo como demonstra Bronislaw Baczko (1985):

Os meios de comunicação de massa garantem a um único emissor a possibilidade de atingir simultaneamente uma audiência enorme, numa escala até então desconhecida. Por outro lado, os novos circuitos e meios técnicos amplifi-

2. BRASIL. Decreto Lei. Decreto n. 1.637 – República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, [05/01/1907]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html> - Acesso em: 17/10/2024

cam extraordinariamente as funções performativas dos discursos difundidos e, nomeadamente, dos imaginários sociais que eles veiculam. Tal facto não se deve apenas a natureza audiovisual das novas técnicas, mas também, e sobretudo, a formação daquilo a que se dá o nome, a falta de melhor, de “cultura de massa”. (Baczko, 1985, p. 313)

Através da manchete publicada na data de 21 de julho de 1917, “O proletariado em revolta afirma o seu direito á vida.” (*A Plebe*, ano 1, n. 6, p. 1), percebemos o inclinar do discurso do jornal se apresentando como em outro momento já se intitulava, *o porta-voz dos oprimidos*. Construindo seu discurso pautado nas mazelas vivenciadas pela classe trabalhadora não somente em relação as questões sociais, mas como a violência pré-disposta pelas forças de segurança pública.

Percebemos esse constituir através de dois trechos publicados no mesmo período, “O operariado verificou que se estivesse unido, baldados seriam os esforços da burguezia para o vencer. Mãos á obra. Reunam-se já e já, para que a borrasca não os apanhe novamente desprevenidos.” (*A Plebe*, ano 1, n. 6, p. 1, grifo do autor), “Quantos são os mortos? Numerosas devem ter sido as victimas da fúria sanguinária dos cerberos dos argentarios ladravazes. Chegaram até a fazer funcionar as metralhadoras.” (*A Plebe*, ano 1, n. 6, p. 1, grifo do autor).

Através do que Olicshevis (2006), denominou de *acordo forjado*, analiso esse inclinar no redigir dos textos que passaram a compor o jornal, como tentativa de aproximação com os operários que nesse momento encontravam-se por vezes longe das lutas sindicais. Muito além disso, *A Plebe*, necessitava unificar sua opinião a dos operários, como ampla e única visão sobre as realidades que eram presenciadas todos os dias na capital do estado.

Afinal, como explico em minha dissertação de mestrado, “Formular pensamentos e opiniões é uma tarefa árdua, que exige em certo modo argumentos muitos sólidos.” (Barrientos, 2023, p. 56). O crescimento do jornal anarquista seja como *instituição*, ou, entre os operários, assim como, explicado anteriormente o atributo da fidelidade com a verdade, criou grande prestígio dentro do grupo social em questão configurando-o como opinião coletiva e representativa. Como bem explica Becker (2003), “A imprensa é uma produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos.” (Rémond, 2003, p. 197).

Entretanto, abro parênteses para que não haja a compreensão singular das ações *invisíveis/intencionais* do jornal, pois o ponto de partida para que haja a construção da opinião pública tão almejada, parte do pressuposto de identificação. O jornal, buscou em seus números dentro dos acontecimentos do ano de 1917, assim como em outros momentos, descrever sua opinião sobre os referidos. Porém, como bem explica Cruz e Peixoto (2007), “Como espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião pública, a imprensa atua sob normas e condições que expressam uma determinada correlação de forcas com as quais interage de forma ativa.” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 267).

Deste modo, acreditando que houvesse a identificação particular dos seus leitores, ou seja, expor sua visão é acreditar que outras pessoas encontrem semelhança entre os argumentos e perspectivas com aquilo que acredita para sua vida particular. Olicshevis (2006), “É certo que nem todos os grupos ou públicos possuem a mesma visibilidade midiática, mas

são aqueles que conseguem tornar pública uma determinada opinião que saem ganhando.” (Olicshevis, 2006, p. 95).

Muito além de simples notícias e relatos de acontecimentos através daqueles que redigiam as páginas do jornal, buscou-se trazer para a sua composição relatos e opiniões dos próprios trabalhadores dentro e fora de São Paulo, pois deste modo, as visões não se forjariam somente dentro das redações, mas estariam sendo emitidas por quem estava no local, hora e data dos acontecimentos, por aqueles que também compartilhavam dos anseios e angústias de muitos outros operários. Como expressado no relato de A. M. Barboza:

Caros camaradas:

Saudo-vos com vehemencia.

Felicito-vos pela decisão que ainda uma vez demonstraes, não deixando que os elementos retrogados se dominem, ainda que para isso tenhaes que tombar na luta que sustentam os “utopistas”, como nos costuma denominar essa burguezia deslavada e covarde, que tem sentimentos sómente humanos quando nos vêm levantar da miseria dispostos a reivindicar os nossos direitos de homens, como se deu ahi em S. Paulo e se está dando aqui no Rio. (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 7, p. 3)

Percebe-se que a construção da opinião pública para o movimento anarquista não se traduz em uma rápida pesquisa e expressa através de porcentagens, como outrora criticado por Bourdieu (1980), na verdade se aproxima do pensamento de Becker (2003) o empréstimo da opinião pública, em que a imprensa traduz em informações diversas que buscam o esclarecer dos comportamentos sociais de um determinado grupo.

Remete-se a dois pontos, adesão por parte do operariado que adotam por livre consciência e organização de grupos políticos/militantes. O último apontamento, se apresenta como fundamental já que a opinião pública é muito instável, assim, há necessidade de grande e ampla mobilização para que haja adesão e constância em prol dos objetos da causa, como bem explica Luigi Biondi e Edilene Toledo (2018) “A Greve Geral de 1917 ocorreu em virtude da organização dos próprios trabalhadores, mas contou com a fundamental participação de militantes sindicalistas, anarquistas, socialistas e também de grupos democratas descontentes com a situação do país.” (Biondi; Toledo, 2018, p. 113).

Inegável a importância da atuação do jornal *A Plebe* para que houvesse adesão de maiores números de operários para os processos grevistas, muito pela sua presença e leitura dentro do próprio sistema fabril, como bem explica Pablo Mizraji (2017), “Praticamente todos os jornais que eram difundidos nas fábricas e nos bairros operários de São Paulo chegavam às mãos dos trabalhadores grevistas, nos encontros e nos círculos de debates.” (Mizraji, 2017, p. 8-9). A presença constante nos círculos de debates operários trouxe ao jornal o que fora abordado em outro momento da presente escrita, o poder de representatividade perante a classe operária.

Ainda o autor complementa seu pensamento:

A contribuição para a formação deste cenário se deve pela disseminação das ideias de organização, ao papel difusor e específico da militância anarquista.

Jornais como *A Plebe* ajudaram substancialmente a mobilizar e (in)formar todos os instrumentos de luta possíveis para gerar a força social necessária. (Mizraji, 2017, p. 8)

Como explico Barrientos (2023), o papel fundamental da leitura promovida por integrantes do movimento anarquista para que aqueles que não eram alfabetizados – no caso essas parcelas da sociedade paulistana correspondiam a números superiores aos 50% – acreditava que através desse processo haveria a transformação dos olhares daqueles que se encontravam na escuridão do analfabetismo, e, seriam libertos através da informação. Deste modo compactuando com a organização e apontamentos expostos pelos anarquistas.

O ponto divisor na construção da opinião pública almejada pelo movimento através das páginas do jornal, fora a morte de um dos grevistas, o sapateiro José Martinez (1896-1917) no qual, compunha um grupo de trabalhadores que tinham aderido a greve e protestavam em frente a fábrica Antártica, foram atacados por policiais da cavalaria, no conflito o sapateiro recebeu um tiro no estômago, vindo a falecer posteriormente. A truculência promovida pelas forças de segurança pública resultou em indignação, assim como, fora utilizado pelo *A Plebe* como principal pilar de sustentação para justificar tudo aquilo que vinha expondo ao leitor durante as semanas que prolongavam a greve.

Deste modo, a morte de José Martinez serviu como munição para o movimento grevista (anarquista) e forte crise para as instituições públicas. A partir da tragédia expostas os números de adeptos as paralizações começaram a crescer a cada dia que passavam, como apontado por Paulo Celso da Silva (2018), “Estima-se que entre 70 a 80 mil operários aderiram à greve nos três dias subsequentes ao enterro de José Martinez.” (Martins, 2018, p. 218). Ainda sobre o ocorrido, visto por outro ângulo, o jornal *O Combate* proporcionou uma visão contrária para os seus leitores, dizendo que o grevista Martinez fora atingido pelos próprios companheiros, e não pela polícia como havia anunciado os anarquistas (*O Combate*, 1917, ano 3, n. 654, p. 1).

O jornal *O Estado de São Paulo* na data de 13 de julho de 1917, trouxe consigo 18 morte ao todo em consequência do conflito, já o *A Plebe* descontente efetuava o anúncio de dezenas de mortos que segundo o respectivo teriam sido enterrados como indigentes, “A policia apenas denunciou tres mortes, entre as quaes a de uma creança. Há outras, porém, muitas outras. Quantas? É o que o povo precisa saber. Affirma-se que muitos cadáveres foram sepultados clandestinamente, sendo transportados nas carroças do lixo.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 6, p. 1).

Os fatos descritos no parágrafo anterior, demonstra as intensões por trás das notícias publicadas com intuitos de produzirem opiniões muito distintas, pautadas no suavizar ou provocar os verdadeiros fatos que discorreram sobre os acontecimentos.

Entretanto, mesmo com todos os apontamentos, argumentos e justificativas, não condiz dizer que os operários por totalidade aderiram as paralizações, e, tantos outros concordavam plenamente com os dizeres anarquistas, como apontado por Francisco Foot Hardman (2002), “Retomamos á ideia de que o anarquismo não é a expressão máxima e acabada da classe operária do período (nem mesmo em São Paulo).” (Hardman, 2002, p. 310). Muito pelo contrário, a opinião dentro da classe operária não se fez unificada, muitos relatos de

trabalhadores fora das linhas da luta trabalhista, e outros que continuaram a exercer suas atividades dentro das fábricas.

Percebe-se que mesmo com toda difusão e ampliação da circulação das pautas anarquistas através do periódico, não se consolidou como opinião unificada e ampla entre os trabalhadores, muito desse processo se prende a disseminação de diferentes ângulos dos acontecimentos. O jornal *A Voz do Trabalhador* (1908-1915) denominou as manchetes anarquistas como *ditadores da opinião pública*.

Por outro prisma, a opinião pública daqueles que não compunham a classe operária – burgueses, governantes e outras cidadãos – mantiveram seu olhar discriminatório e contrário ao engajamento anarquista nas lutas operárias, assim como, as próprias reivindicações promovidas pelos trabalhadores, já que enxergavam os indivíduos que compunham a classe como, subordinados.

Então a opinião pública pode ser forjada? Acredito que o forjar se torna um significado muito simplório para uma temática tão ampla, dentro da realidade pelo qual busco abordar dentro da escrita deste artigo, o periódico anarquista não partiu do pressuposto do convencimento através de fatos totalmente fora da realidade vivida e sofrida dentro do município de São Paulo, pois muitos de seus relatos comungavam com a realidade. Deste modo, os operários em muitos casos não tiveram que hesitar sobre a veracidade das notícias que estampavam as colunas do jornal, pois eles próprios eram os fatos.

Bourdieu (1980) já explicava a não existência da opinião pública, mas sim uma mobilização seja de pequeno, ou, grande porte para que haja a transfiguração de um pensamento que represente o coletivo, que no caso não existe, na verdade, um amplo sistema de interesses são formulados a partir da necessidade que há do convencimento, “Alguma coisa que pode ser formulada num discurso com uma certa pretensão à coerência.” (Bourdieu, 1980, p. 12).

CONCLUSÃO

Percebe-se que a opinião pública outrora rejeita, ou melhor dizendo, ignorada por muitos estudos históricos da dita História Política Tradicional, tornou-se papel fundamental nos novos estudos políticos, principalmente dentro do campo da História da Imprensa, pois não há caminhos de compreensão sobre os escritos nas páginas dos diferentes periódicos que compuseram a escrita da história, sem compreender as manipulações invisíveis que configuravam como objetivo o arrebanhar de opiniões individuais transformando-as em coletivas.

Conclui-se que a opinião pública se torna instrumento de extrema importância na construção das ações coletivas, recebendo forte influência através dos desejos daquele escreve e liderava os agrupamentos. A opinião coletiva não se configura em números e porcentagens, como em outrora apontado por diferentes estudos, muito menos por palavras diretas – *Eu aceito; Eu sou, Sim* – ela é *invisível*, se apresenta em palavras, busca o refletir de cada leitor, ou, ouvinte, e se enraíza no pensamento daquele que comunga da mesma realidade.

A existência ou não da opinião pública se torna um significado particular, pois é indiscutível a importância do seu papel no desenvolvimento de múltiplos acontecimentos históricos. O

que seria da Greve Geral de 1917 sem o apoio e mobilização em massa de diversas camadas que compunham o operariado paulistano. Esse agrupamento de pensamentos fora possível indispensavelmente através da circulação dos periódicos que puderam construir a opinião pública operária através da união de descrições de realidades comuns entre muitos indivíduos.

Entretanto, refletir a opinião pública como única, ou, unificada, é errôneo já que a considero como momentânea, ela se configura e se apresenta conforme as necessidades naquele momento. Outros autores apresentaram a designação de curta e longa duração dentro do respectivo campo, porém, a longa duração não se apresenta como significado puro e sincero dentro das grandes massas, já que esse é o principal agrupamento social bombardeado de opiniões públicas a todo momento, tornando-se imprevisível seu pensar e agir.

Por fim, a relação entre os veículos de informações impressos e os leitores foram importantes nas construções dos múltiplos acontecimentos que marcaram o passado –Revolução Francesa – as pontes que os meios de comunicação conseguem estabelecerem são fundamentais para o gerar e desenrolar dos fatos históricos, já que o diálogo estabelecido é direto, e, muitas vezes compatível com as realidades vividas. Atribui-se a representatividade das angústias e anseios daqueles que os leem.

REFERÊNCIAS

Documentos Legislativos

BRASIL. Decreto Lei. Decreto n. 1.637 – República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, [05/01/1907]. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html>

Jornais

A Plebe (1917-1951)

A Voz do Trabalhador (1908-1915)

O Estado de São Paulo (1875-)

O Combate (1914-1920)

Outros Documentos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Bibliografia

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. *In*: LEACH, Edmund et al. **Anthropos-Homem**.

Lisboa, LX: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARRIENTOS, Matheus Ferreira. **O jornal A Plebe e a luta pela construção de uma consciência anarquista de classe (1917-1924)**. Dissertação de Mestrado (Centro de Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR, 2023.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. *In*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2003.

BIONDI, Luigi. A Greve Geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: Novas perspectivas. **Cadernos AEL**, Campinas, SP, v. 15, n. 27, 2009.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. **Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. **Questões de sociologia**, v. 1, p. 233-245, 1980.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, SP: n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DA SILVA, Paulo Celso. 100 anos da greve geral de 1917: a iconografia do movimento operário. *In*: MARTINS, Marcos Francisco. **Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje: Greve Geral de 1917, embate antifascista de 1937 e mobilizações atuais**. São Paulo, SP: Edições Hipótese, 2018.

GODOY, Clayton Peron Franco de; MARCHEZIN, Lucas T.; DA SILVA, Rodrigo Rosa (Orgs.). **A greve geral de 1917: perspectivas anarquistas**. São Paulo, SP: Biblioteca Terra Livre, 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Comunicação, opinião pública e poder**. Tradução de Gabriel Cohn. Comunicação e indústria cultural, São Paulo, SP: v. 4, p. 187-200, 1987.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil**. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2002.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 15. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2022.

MACHADO, Liliane Maria Macedo; STRONGREN, Fernando Figueiredo. O agendamento da greve nas páginas de A Plebe. **Revista Comunicação Midiática**, v. 11, n. 1, p. 77-92, 2016.

MARTINS, Marcos Francisco. **Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje: Greve Geral de 1917, embate antifascista de 1937 e mobilizações atuais.** São Paulo, SP: Edições Hipótese, 2018.

MIZRAJI, Pablo. **O Anarquismo no Brasil em 1917: greve geral.** Instituto de Teoria e História Anarquista. São Paulo, SP, 2017.

MORELI TAUHYL, Ana Paula; LIKA HATTORI, Márcia. A Greve Geral de 1917 e as mortes pela ação repressiva – uma abordagem da antropologia forense na investigação nos cemitérios. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 4-29, jun. 2020.

OLICSHEVIS, Giovana. Mídia e Opinião Pública. **Revista Vernáculo**, Curitiba, PR, n. 17-18, p. 91-99, 2006.

PAULA, Amir El Hakim de. São Paulo no limiar do século XX: O operariado enquanto subvertedor da “ordem” espacial. **Revista Cidades**, v. 9, n. 15, 2012.